Agrupamento de Escolas do Bonfim, Portalegre

Aviso n.º 13622/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de oito (8) postos de trabalho de 4 horas diárias e um (1) posto de trabalho de 3 horas diárias, em regime de contrato a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para prestação de serviços de limpeza, categoria de assistente operacional, grau 1.

1 — Nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para ocupação de oito (9) postos de trabalho, na carreira e categoria de assistente operacional, de grau 1, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, com período definido a partir da data de assinatura do contrato/início de funções até 21 de junho de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e que, em virtude de não ter sido ainda publicado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, foi efetuada a consulta prévia à Entidade Centralizadora para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

3 — Âmbito do recrutamento: por despacho de 13/08/2018, da Sr.ª Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foi autorizado celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial. O recrutamento realizar-se-á de entre as pessoas sem relação jurídica de emprego público.

4 — Local de trabalho:

Referência A: EB1 Fortios (1 x 4 h/dia)

Referência B: Escola Secundária Mouzinho da Silveira, Escola Básica Cristóvão Falcão, EB1/JI de Corredoura, EB1 de Praceta (7 x 4h/dia + 1 x 3h/dia)

5 — Caracterização dos postos de trabalho: providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização de todos os espaços interiores e exteriores, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo.

6 — Número de contratos: 8 contratos x 4 Horas/dia; 1 contrato x 3 horas/dia

7 — Remuneração base prevista: 3,82€/hora, calculada com base na remuneração mínima mensal garantida, sendo o valor do subsídio de refeição de 4,77€;

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos na legislação atrás referida, nomeadamente:

- Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Ter cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Nível habilitacional exigido: ser detentor de escolaridade obrigatória ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data de publicação do aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro;

9.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, disponibilizado na página da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, em <http://www.dgaep.gov.pt>, podendo ser obtido junto dos serviços de administrativos do Agrupamento de Escolas do Bonfim, Portalegre, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nos referidos serviços, ou enviadas pelo correio para o Agrupamento de Escolas do Bonfim, Av.ª do Bonfim, 7300-067 — Portalegre, em carta registada com aviso de receção, dirigida ao diretor do referido Agrupamento.

10 — Os formulários de candidatura deverão fazer menção expressa da referência a que se destinam as candidaturas e deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Certificado de habilitações literárias (fotocópia);
- Curriculum vitae* datado e assinado;
- Declarações de experiência profissional indicando, obrigatoriamente, o n.º de horas de serviço prestado (fotocópia);
- Declarações de formação profissional (fotocópia);

10.1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

10.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10.3 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — Método de seleção: Avaliação Curricular (AC), valorada nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria n.º 83 A/2009, de 22 de janeiro e que se traduzirá na seguinte fórmula:

$$AC = [HL + EP (2) + FP]: 4$$

Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar e que são os seguintes:

Habilitação académica de base (HAB) ou curso equiparado; Experiência profissional (EP); Formação profissional (FP)

11.1 — Habilitação académica de base (HAB) — graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- 20 valores — habilitação de grau académico superior;
- 16 valores — 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados;
- 14 valores — 9.º ano ou curso que seja equiparado;
- Doze valores — 6.º ano ou curso que seja equiparado;
- Dez valores — escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado;

11.2 — Experiência profissional (EP) — tempo de serviço no exercício das funções inerentes no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal de acordo com a seguinte pontuação:

- 20 valores — 300 ou mais horas;
- 16 valores — mais de 100 e menos de 300 horas;
- 10 valores — menos de 100 horas.

11.3 — Formação profissional (FP) — formação profissional direta ou indiretamente relacionada com a área funcional a recrutar. Será valorada com um mínimo de 8 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo de 20 valores, o seguinte:

- 12 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 40 ou mais horas;
- 10 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 15 até 40 horas;
- 8 valores — formação indiretamente relacionada, num total de 40 ou mais horas;

11.4 — Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção (AC) consideram-se excluídos da lista unitária de ordenação final.

12 — Composição do júri:

Presidente — Cristina Maria Fernandes Oliveira Marques Mendes, subdiretora do Agrupamento de Escolas do Bonfim.

Vogais efetivos:

Rosinda Maria Pintado Batista Martins — Adjunta do Diretor do Agrupamento de Escolas do Bonfim, Portalegre. Maria da Estrela Barbas Gonçalves Mourato Silva — Encarregada do Pessoal Operacional do Agrupamento de Escolas do Bonfim, Portalegre.

Vogais suplentes:

Joaquim Manuel Lopes Correia — Adjunto do Diretor do Agrupamento de Escolas do Bonfim, Portalegre.

Joana Maria dos Santos Meira Catela — Coordenadora Técnica do Agrupamento de Escolas do Bonfim, Portalegre.

A presidente de júri será substituída, na sua ausência, pelo diretor do agrupamento.

13 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação.

14 — A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores

15 — Critério de desempate:

15.1 — Em caso de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem em situações configuradas pela lei como preferenciais.

15.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da experiência profissional (EP);
- b) Valoração da formação profissional (FP);
- c) Preferência pelo candidato de maior idade.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos:

16.1 — Os candidatos aprovados e os excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da mesma Portaria.

16.2 — As situações omissas serão resolvidas de acordo com a legislação em vigor em reunião de júri.

17 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do diretor do Agrupamento, é disponibilizada no sítio da Internet e na sede do Agrupamento e publicada no *Diário da República*.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, “A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

19 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano 2018/2019.

20 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente aviso é publicado na página eletrónica do Agrupamento e num jornal de expansão nacional.

10 de setembro de 2018. — O Diretor, *António Luís Rocha Sequeira*.
311642757

Agrupamento de Escolas de Eixo, Aveiro

Despacho n.º 9014/2018

Nos termos previstos no n.º 6 do artigo 21.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 24.º, ambos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, por meu despacho de 24 de julho de 2017, nomeio para o cargo de Adjuntos do Agrupamento de Escolas de Eixo, Aveiro, a docente Jennifer Alejandra Sérgio da Silva, docente do grupo de recrutamento 910 e o docente António José Campos Fonseca, do grupo de recrutamento 420, para quadriénio 2018-2022, com efeitos a 1 de setembro de 2018.

11 de setembro de 2018. — A Diretora, *Isabel Maria de Oliveira Arribança*.

311646467

Agrupamento de Escolas n.º 2 de Elvas

Deliberação n.º 1037/2018

Por deliberação do conselho geral, em 28 de maio de 2018, foi atribuído o título de Diretora Emerita à senhora diretora cessante que se aposentou por limite de idade, Maria de Fátima Folgado Castanho Borges Quaresma.

Este título foi-lhe atribuído como forma de reconhecimento pelos serviços prestados ao longo dos 32 anos em que desempenhou o cargo.

11 de setembro de 2018. — O Presidente do Conselho Geral, *José Alberto Silva Sustelo*.

311646686

Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos

Aviso (extrato) n.º 13623/2018

Designação para os cargos de subdiretora e adjuntos do Diretor da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 21.º e n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, por meu despacho de 31 de julho de 2018, designo para os cargos de subdiretora e adjuntos da Escola Secundária João Gonçalves Zarco os seguintes docentes:

Subdiretora — Arminda de Lurdes Pires Leite Alves, professora do quadro de Escola, pertencente ao grupo de recrutamento 400;

Adjunto — Vera Cristina Maia Padrão, professora do quadro de escola, pertencente ao grupo de recrutamento 500;

Adjunto — José Paulo Angeiras Sousa Santos, professor do quadro de Escola, pertencente ao grupo de recrutamento 550;

10 de setembro de 2018. — O Diretor, *José Alberto de Queirós Ramos*.
311642676

Agrupamento de Escolas Monte da Lua, Sintra

Aviso n.º 13624/2018

O Agrupamento de Escolas Monte da Lua, Sintra torna público que se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar do dia seguinte à publicação deste aviso no *Diário da República*, procedimento concursal para o preenchimento de quatro postos de trabalho em regime de contrato a tempo parcial a termo resolutivo certo. Nos termos dos artigos 33.º e 34.º, os n.ºs 2, 3, 4 e 6 do art. 36.º, os artigos 37.º e 38.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e dando cumprimento aos trâmites previstos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, mediante o despacho de 10/09/2018, da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

1 — Local de Trabalho — Agrupamento de Escolas Monte da Lua, Sintra.

2 — Caracterização do posto de trabalho — Categoria e Carreira de Assistente Operacional, de grau 1. Competências: Apoio e vigilância a alunos, suporte às atividades escolares, limpeza/ apoio de salas e espaços envolventes à Escola, conservação e boa utilização das instalações.

3 — Horário semanal: 17,5h (3,5/dia)

4 — Duração do Contrato: de 17 de setembro de 2018 até 14 de junho de 2019

5 — Remuneração: calculada com base na Remuneração Mínima Mensal Garantida

6 — Requisitos legais de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas dos requisitos gerais de admissão previstos no n.º 8 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Escolaridade obrigatória, de acordo com a idade do candidato, podendo esta ser substituída por formação ou experiência profissional comprovada.

c) Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira da área a concurso, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Agrupamento Monte da Lua ou serviço idêntico.

7 — Constitui fator preferencial comprovada experiência profissional no exercício efetivo das funções de limpeza em Escolas deste Agrupamento.

8 — Formalização da Candidatura:

8.1 — Prazo da candidatura: 10 dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do aviso no *Diário da República*.

8.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento do formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego